



Análise da configuração territorial Policultora na microrregião de Valença, Bahia, Brasil

Analysis of the Polyculture territorial configuration in the microregion of Valença, Bahia, Brazil

1. Daniel dos Santos Macêdo  <https://orcid.org/0000-0003-3556-3789>
1. Universidade Federal da Bahia  Salvador, Bahia, Brasil

2. Alcides dos Santos Caldas  <https://orcid.org/0000-0003-4554-4741>
2. Universidade Federal da Bahia  Salvador, Bahia, Brasil

Autor de correspondência: danielcamamu@gmail.com

RESUMO

A microrregião de Valença integra o conjunto mesorregional do Sul da Bahia. Esta área apresenta um processo de formação econômica e territorial que reflete tanto similitudes com o contexto mesorregional quanto particularidades que garantem o ethos da regionalidade microrregional. A microrregião de Valença é marcada pela formação de minifúndios e uma produção agrícola diversificada. Este artigo analisa a configuração territorial dessa microrregião, destacando suas características do espaço agrícola, formação e configuração. Para isso, é realizada uma revisão sobre a formação econômica e territorial da região, juntamente com uma pesquisa exploratória baseada em dados do Censo Agropecuário de 2017, e pesquisa de campo sobre a espacialidade e dinâmica produtiva das culturas agrícolas que compõem a diversidade característica na microrregião. Conclui-se que a microrregião é caracterizada por uma especialização em policultivos, em uma dinâmica que interage com a cacauicultura como grande sistema de produção, mas que é acompanhada de uma variedade de gêneros agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Espaço Agrário; Baixo Sul da Bahia.

ABSTRACT

The Valença microregion is part of the mesoregion of Southern Bahia. This area exhibits an economic and territorial formation process that reflects both similarities with the mesoregional context and particularities that ensure the ethos of the microregional locality. The Valença microregion is characterized by the formation of smallholdings and diversified agricultural production. This paper analyzes the territorial configuration of this microregion, highlighting its agricultural space characteristics, formation, and configuration. To this end, a review of the economic and territorial formation of the region is conducted, along with exploratory research based on data from the 2017 Agricultural Census, and field research on the spatiality and productive dynamics of the agricultural crops that constitute the characteristic diversity of the microregion. It is concluded that the microregion is characterized by a specialization in polycultures, interacting with cocoa cultivation as a major production system, while also encompassing a variety of agricultural genres.

Keywords: Peasant agriculture; Agrarian Space; Baixo Sul Region of Bahia.

Introdução

A microrregião de Valença está inserida como uma das três unidades microrregionais que compõem a mesorregião Sul da Bahia, juntamente com Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro. Esta unidade microrregional em análise é composta por 10 municípios, a saber: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Maraú, Taperoá e Valença. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, essa região contava com 263.185¹ habitantes, dos quais 47% residiam na zona rural (IBGE, 2010).

No período colonial, o âmbito da microrregião de Valença, que compreendia a porção norte da capitania hereditária de São Jorge dos Ilhéus, apresentava, desde os primeiros empreendimentos coloniais, uma dinâmica destoante. Isso porque não seguiu a dinâmica açucareira. Devido ao seu posicionamento estratégico, mais próximo à Sede do Governo Geral, ficou voltada para o cultivo de gêneros destinados ao abastecimento interno. A partir daí, desenvolveu-se um dinamismo econômico e político distinto do que era observado no restante de seu âmbito, ainda sob o primeiro ordenamento colonial do território brasileiro.

Ao justificar a delimitação dessa microrregião no contexto mesorregional sul-baiano do IBGE (1990), fica evidente que nela ocorre uma diferenciação, sobretudo no que concerne à produção agrícola. No entanto, é importante considerar que ela está inserida no contexto geral da mesorregião. Desse modo, em termos da formação econômica e territorial, o ciclo do cacau assume uma importância singular para todo o conjunto.

O ciclo econômico da cacauicultura se apresenta como o capítulo pós-colonial de aceleração das mazelas que são responsáveis por grande parte do que se tem enquanto estrutura agrária. A partir da ascensão dessa atividade econômica, intensificam-se os processos de expropriação de territorialidades dos mais diversos agentes socioterritoriais

¹ Os dados mais recentes do Censo Demográfico (2022), desagregados por espacialidade da população residente, ainda não foram divulgados. No entanto, os números gerais divulgados indicam uma redução na população total, com a microrregião passando a contar com 262.280 habitantes.

que tradicionalmente ocupavam essas áreas. A partir dessa dinâmica de *commodity*, funda-se uma elite agrária embasada na lógica primária e agroexportadora do cacau.

O cenário regional da cacauicultura em muito se altera após a crise produtiva iniciada no final da década de 1980. Com isso, as bases econômicas das outras duas microrregiões se alteram, principalmente com um viés industrial na microrregião de Ilhéus-Itabuna e um enfoque agroindustrial e turístico na de Porto Seguro. No entanto, a microrregião de Valença permanece alicerçada na agricultura. Tal contexto se justifica na medida em que se verifica o dinamismo agrícola policultural nessa escala.

Assim, ao adentrar pelas estruturas agrárias dessa microrregião, verifica-se uma prevalência de uma agricultura familiar camponesa fortemente marcada pela diversidade de culturas agrícolas, bem como por um contexto minifundista.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NA MICRORREGIÃO DE VALENÇA

Para compreender o processo de formação dessa região e analisar a configuração territorial resultante desse processo, é preciso remontar alguns dos aspectos determinantes. Nesse sentido, Santos (1977) contribui elencando que para interpretar o espaço enquanto fato oriundo de uma produção histórica, é fundamental contextualizá-lo como tal, levando em conta que a história não é escrita fora do espaço, e tampouco existe sociedade sem espaço. Portanto, para se ter uma leitura da forma estrutural que se faz aqui objetivo, é imprescindível percorrer o processo de formação (Santos, 1977).

Assim, quando a leitura da região é feita a partir de uma perspectiva escalar mais ampliada, como a de Prado Júnior (1979), que analisa o período de início efetivo da ocupação colonial no território brasileiro entre 1530 e 1640, é possível perceber que nesse período a dinâmica açucareira na Bahia foi exitosa em suas intencionalidades coloniais apenas no entorno da Baía de Todos os Santos, tendo nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro apenas pequenos centros, devido à resistência indígena frente aos empreendimentos da colonização. Dessa maneira, a partir dessa perspectiva escalar e

também da matriz produtiva agrícola, surgem lacunas do que estava para além da dinâmica açucareira.

Para solucionar tais lacunas, tanto o fator temporal quanto locacional é crucial, pois o avançar do processo de colonização revela importantes nuances da dinâmica socioprodutiva do agrário brasileiro. Assim, a dinâmica não pode ser remontada apenas a partir do primeiro comando produtivo colonial com o açúcar, tampouco a partir das centralidades que eram a acrópole do poder colonial, que acabam por conceber leituras de sucesso ou insucesso puramente enviesadas pelas intencionalidades da colonização.

Destarte, com o fim do ordenamento baseado nas capitanias hereditárias e a instalação do Governo Geral com sede em Salvador, e conseqüente anexação das antigas unidades hereditárias pela Capitania Real da Bahia, o dinamismo agrícola se altera na medida em que a ocupação colonial se expande para além do contexto meramente exploratório inicial. Com a anexação da capitania de Ilhéus em 1754 e o novo ordenamento que se estabelece, destinando esta como sede de comarca, o entorno segue em movimentações, sobretudo no contexto agrícola de abastecimento, cuja demanda era cada vez mais crescente.

Desse modo, ao tratar propriamente do contexto da microrregião de Valença, Dias (2011) aponta que ao longo dos séculos XVII e XVIII, essa área, então conhecida como "vilas de baixo", experimentava uma pujante formação de uma economia agrícola voltada para o abastecimento interno. Isso ressalta mais uma vez o dinamismo dessa unidade ao norte da antiga capitania.

É curioso, a esse respeito, o caso dos moradores de Ilhéus. Por dar nome à antiga donataria e também à comarca que ali se estabeleceu quando de sua anexação pela Capitania Real da Bahia, é natural que se imagine que Ilhéus exercia algum tipo de influência sobre as demais vilas da antiga capitania, mas a documentação tem indicado exatamente o oposto. Na verdade, parece que quase todos os ouvidores mantiveram residência em Cairú, localidade mais bem posicionada quanto ao centro dinâmico da comarca, tanto mais próxima das cortes que se realizavam às margens do Rio Jequiricá, no limite norte da comarca, quanto das vilas adjacentes, sobretudo Camamú e Barra do Rio de Contas. Também do ponto de vista econômico, as fontes indicam que vivia em ainda maior isolamento, de modo que sua honraria de cabeça da comarca remontava tão somente à sua precedência histórica, e contrastava enormemente com as tímidas proporções de sua população, vivendo basicamente da pesca e da modesta produção de farinha (Adan, 2009, p.98).

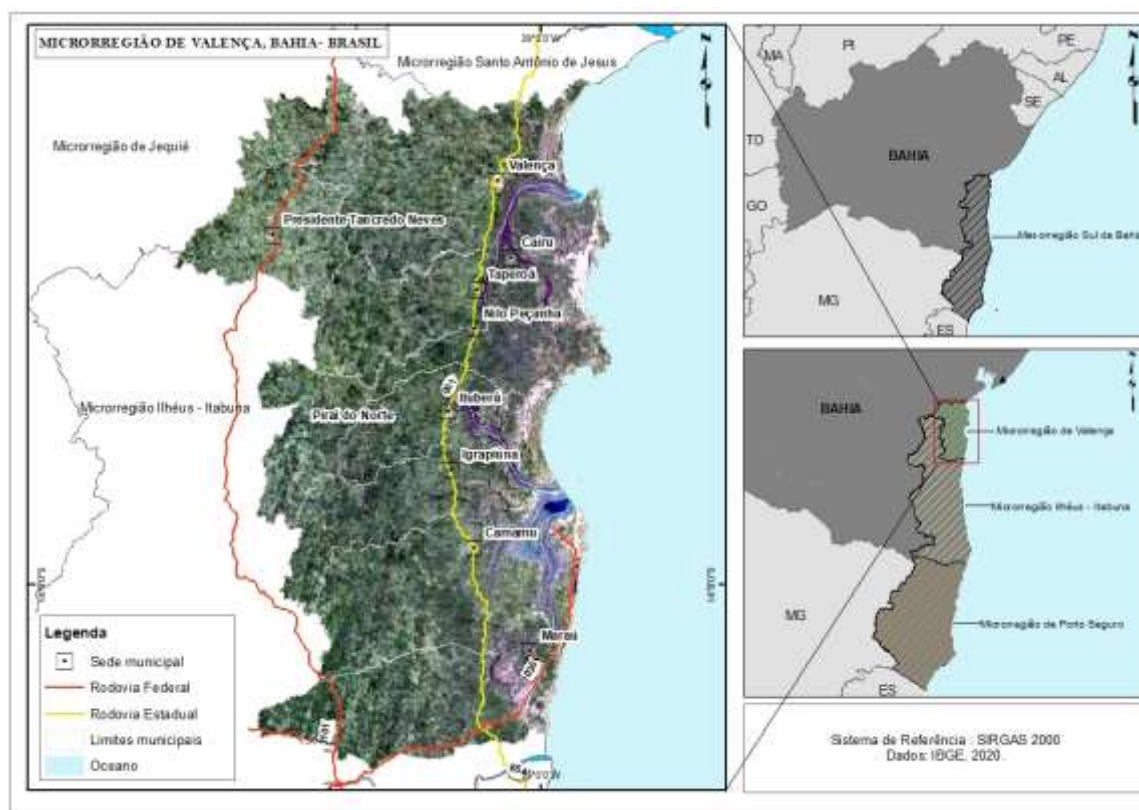
Postas essas constatações formativas que situam o contexto na microrregião de Valença, acrescentam-se ainda outros elementos que estão no cerne da formação econômica e territorial brasileira: a expropriação dos povos originários e o escravagismo, que foram forças motrizes de toda essa pujança derivada do espaço agrário. Como apontado por Prado Júnior (1979) no contexto mais generalizado para toda a antiga capitania, bem como por Dias (2011), que descreve a resistência e a violência sofrida no processo de desterritorialização dos Guérens, Aimorés, Pataxós e Tupiniquins, marcando assim o *modus operandi* da colonização portuguesa:

A forma de geografia que a colonização portuguesa implanta é a do arranjo de uma economia e sociedade de fundação mercantil-exportadora em tudo a antítese da geografia do índio, mas em tudo também sagazmente incorporadora da experiência geoambiental deste. Do que, ao fim, resulta um híbrido. Híbrido que a colonização portuguesa cria desespecializando as comunidades indígenas e espacializando a grande propriedade sesma-rial-privada (Moreira, 2020, p.21)

Uma vez que se territorializa o processo descrito em Moreira (*op.cit*), estabelece-se a demanda por quem faça produzir, o que, nesse contexto, significou a escravização de africanos e seus descendentes. Assim, nesse híbrido, devemos considerar ambos os grupos, tanto em circunstâncias de escravidão quanto nas resistências que surgem a partir da rebelião contra o sistema colonial. Nesse contexto, a região também demonstra algumas nuances reveladoras da estrutura agrária brasileira, pois, segundo Schwartz (2001), municípios na microrregião de Valença, como Cairu e Camamu, estavam entre os principais na formação de mocambos, tornando o aquilombamento um âmbito de resistência ao sistema vigente (Schwartz, 2001).

Tendo em vista essas questões fundamentais, é possível verificar a complexidade de processos e agentes que se combinam para a configuração territorial da microrregião com os limites atuais (Figura 1). Diante dessas características, tem-se uma série de pontos a serem destacados na formação dessa regionalidade, bem como suas estruturas que resultam dos processos mencionados e como se desdobram na atualidade no âmbito da questão agrária e suas interseções com a totalidade.

Figura 1 – Localização da microrregião de Valença, Bahia -Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Não obstante, a própria instituição dessa unidade microrregional pelo IBGE chama a atenção em seu descritivo no estudo que justifica sua instituição, onde consta o seguinte:

Embora esteja inserida na tradicional zona cacauera e tenha no cacau o produto de maior valor da produção, convém assinalar que nessa área houve expansão de produtos comerciais como o dendê, a hévea, o cravo da Índia, e a pimenta do reino e, nas planícies litorâneas, o coco da baía. Nos tabuleiros, em clima quente e sempre úmido é encontrada a piaçava, produto extrativo que, nessa microrregião, atinge os mais altos valores em todo o Nordeste. Com menores percentuais complementam o quadro econômico, o café, a mandioca e algumas frutas. Toda atividade agrária é exercida, preferencialmente, por proprietários em pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais. (IBGE, 1990, p. 301)

Uma vez que se tem essa unidade de microrregião geográfica, numa articulação que de todo modo se integra com processos da mesorregião, sistema próprio dessa regionalização elaborada pelo IBGE, essa não se converte em uniformidade nem tampouco autossuficiência, pois estas derivam das estruturas de produção, tanto na seara industrial quanto nos setores primários da economia, como a agropecuária, agricultura,

pesca etc. Por serem assim, não são únicas, pois demandam articulações em diferentes escalas em sua relação com a totalidade (IBGE, 1990; CONTEL, 2014).

Outrossim, na atualidade, ao analisarem-se os caracteres da estrutura de produção na microrregião de Valença, chama a atenção a especialização desta em produzir diferentes gêneros agrícolas. Guimarães (2019), por exemplo, ao analisar essa área, verifica a existência de uma grande diversidade na produção, imbricada com a marcante presença de comunidades quilombolas que integram a produção de cacau a outros gêneros produtivos, dando tom às "roças de quase tudo". No mesmo sentido, Porto (2019) confere uma marcante presença camponesa na região, com uma diversidade produtiva acentuada, contando com gêneros agrícolas como dendê, aipim, pupunha, seringueira, guaraná, piaçava, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, dentre outras culturas diversificadas.

Ademais, ao verificar-se as heráldicas dos municípios na microrregião (Figura 2), também ficam evidenciados tais caracteres de diversidade, bem como a interação desta com a mesorregião, o que se pode concluir aqui através da cacauicultura, presente na heráldica de 7 dos 10 municípios na área de estudo. Para além do cacau, há uma diversidade agrícola que permeia o contexto desta unidade microrregional, fazendo surgir culturas como o dendê, característico na paisagem da zona costeira dessa região, assim como a piaçava. Destaque também para o cravo-da-índia, presente na representação de 5 dos 10 municípios. Este sistema produtivo é especialmente concentrado nesta microrregião, conforme dados do IBGE (2017), a microrregião de Valença era responsável por 92% da produção baiana dessa especiaria, e conseqüentemente, mesma proporção em relação à produção brasileira, visto que a Bahia é a única região que produz comercialmente essa cultura.

Figura 2- Representações agropecuárias na heráldica dos municípios na microrregião de Valença-BA

Cairu	Camamu	Igrapiúna	Ituberá	Maraú
				
Pescado e Palmeiras	Cacau, Madeira, Dendê, Cana de açúcar e Seringueira .	Cacau, Cravo-da-índia, Seringueira, Dendê e Piaçava.	Seringueira, Dendê [...]	Cacau e palmeiras.
Nilo Peçanha	Piraí do Norte	Presidente Tancredo Neves	Taperoá	Valença
				
Cacau, Dendê e Piaçava.	Cravo-da-índia, Cacau, pecuária [...]	Cravo-da-índia, Pecuária, Cacau, Banana e Mandioca.	Dendê e Cravo-da-índia.	Dendê, cravo-da-índia, Cacau e Mandioca

Fonte: Prefeituras Municipais. Org: Própria, 2023.

Sobre o caráter geográfico dessas representações simbólicas na heráldica, é imperativo situar o significado de tais elementos. Desse modo, They (2013) destaca tais simbologias como importantes referências para compreender as configurações territoriais. A presença de elementos agropecuários não é estranha aos sistemas de heráldica, como evidenciado pelo ramo de café e fumo que adorna o brasão da República Federativa do Brasil. Esses gêneros também são muito comuns nas representações das unidades da federação e ainda mais nos brasões municipais. Assim, ao adotarem tais elementos em suas simbologias, é razoável inferir que eles de algum modo sejam representativos para a configuração territorial (They, 2013).

O NEXO CACAUEIRO ENQUANTO INTERFACE BASILAR DO SISTEMA AGRÍCOLA

Como parte integrante da mesorregião Sul da Bahia, a microrregião de Valença destaca-se pela lavoura cacaueteira como atividade econômica predominante na economia agrícola. Assim, o nexo cacaueteiro na microrregião de Valença configura-se como um

elemento importante da configuração territorial e da interface com a mesorregião. Ao analisar o retrato recenseado em 2017 da espacialidade cacauera (Tabela 1 e 2), que listam os 20 municípios com o maior número de estabelecimentos produtores de cacau e suas respectivas microrregiões na Bahia.

Observa-se na Tabela 1, que os municípios da microrregião de Valença representam 28% dos estabelecimentos produtores de cacau no estado. O município de Valença lidera o *ranking* estadual em número de estabelecimentos cacaueros. A microrregião destaca-se com 9 dos 10 municípios produtores listados entre os 20 com maior número de estabelecimentos no estado, sendo a única exceção o município de Cairu, em sua dinâmica zonal costeira.

Tabela 1 - Bahia – ranking dos municípios por número estabelecimentos produtores de cacau -2017

	Município	Microrregião	Nº estabelecimentos	BA (%)
1	Valença	Valença	4.115	6,0%
2	P.T. Neves	Valença	3.471	5,0%
3	W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	2.887	4,2%
4	Mutuípe	Jequié	2.705	3,9%
5	Ilhéus	Ilhéus Itabuna	2.598	3,8%
6	Camamu	Valença	2.426	3,5%
7	Itacaré	Ilhéus Itabuna	2.147	3,1%
8	Ubaíra	Jequié	2.012	2,9%
9	Piraí do Norte	Valença	1.992	2,9%
10	Jequiriçá	Jequié	1.898	2,7%
11	Maraú	Valença	1.847	2,7%
12	Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	1.807	2,6%
13	Teolândia	Ilhéus Itabuna	1.753	2,5%
14	Igrapiúna	Valença	1.706	2,5%
15	Laje	Jequié	1.687	2,4%
16	Nilo Peçanha	Valença	1.420	2,1%
17	Jequié	Jequié	1.418	2,1%
18	Una	Ilhéus Itabuna	1.377	2,0%
19	Ituberá	Valença	1.330	1,9%
20	Taperoá	Valença	1.312	1,9%
		MRC de Valença	19.619	28%
	Total	Bahia	69.022	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Seguindo a análise do retrato regional cacauero no censo de 2017, observa-se na Tabela 2, que o número de estabelecimentos cacaueros verificado na tabela anterior não reflete diretamente o volume de produção. Por exemplo, o município de Valença, apesar de liderar em número de estabelecimentos, ocupa apenas o décimo lugar em volume de produção. Assim, na produção cacauera da região de Valença, que equivale a pouco mais de 18% da produção estadual, nota-se uma diferença significativa em relação à distribuição dos municípios que produzem cacau. Nesse rol, constata-se a presença de apenas 7 dos 9 municípios da microrregião no *ranking* da tabela 1, que diz respeito ao número de estabelecimentos produtores.

Tabela 2- Bahia – ranking da quantidade produzida de cacau por município -2017

Município	Microrregião	Quantidade produzida (t)	BA (%)
1 Ilhéus	Ilhéus Itabuna	6.606	7,7%
2 Ibirapitanga	Ilhéus Itabuna	3.310	3,9%
3 P.T. Neves	Valença	2.899	3,4%
4 Itacaré	Ilhéus Itabuna	2.750	3,2%
5 W. Guimarães	Ilhéus Itabuna	2.748	3,2%
6 Mutuípe	Jequié	2.739	3,2%
7 Gandu	Ilhéus Itabuna	2.681	3,1%
8 Uruçuca	Ilhéus Itabuna	2.665	3,1%
9 Una	Ilhéus Itabuna	2.574	3,0%
10 Valença	Valença	2.496	2,9%
11 Nilo Peçanha	Valença	2.294	2,7%
12 Piraí do Norte	Valença	2.240	2,6%
13 Nova Ibiá	Ilhéus Itabuna	2.190	2,6%
14 Barro Preto	Ilhéus Itabuna	2.076	2,4%
15 Teolândia	Ilhéus Itabuna	2.075	2,4%
16 Itajuípe	Ilhéus Itabuna	1.988	2,3%
17 Camamu	Valença	1.911	2,2%
18 Igrapiúna	Valença	1.849	2,2%
19 Ibirataia	Ilhéus Itabuna	1.818	2,1%
20 Maraú	Valença	1.794	2,1%
Total	MRC de Valença	15.483	18,2%
	Bahia	85.244	100%

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Algumas causalidades podem ser destacadas, dentre as principais, o diagnóstico prévio que aponta a prevalência de uma região com concentração fundiária. Dessa forma, o cacau encontra uma região com predomínio de pequenas propriedades, justificando o

destaque regional de Valença em número de propriedades produtoras. Por outro lado, há a gestão dessas propriedades por um campesinato que opera com característica policultora em minifúndios, que possui acesso dificultado às tecnologias para lidar com a vassoura de bruxa.

Postas essas questões, verifica-se que o cacau é um elemento crucial para a compreensão do espaço agrário na região de Valença, por diferentes motivos. Destaca-se a dimensão histórica na formação econômica e territorial da região de Valença e seu conjunto mesorregional sul-baiano, haja vista que, no Censo Agropecuário mais recente, a região detém 28% das propriedades produtoras na Bahia. Além disso, possui relevância econômica, pois é responsável por pouco mais de 18% da produção dessa cultura, que está em um processo de plena ascensão em sua dinâmica mercadológica.

O cacau, em sua dinâmica agrícola basilar de cultivo regional, apresenta diferentes sistemas de cultivo (Figura 2). Tradicionalmente, a lavoura se estabeleceu na mesorregião sul da Bahia através do agroecossistema conhecido como cabucas, consistindo na Mata Atlântica raleada para criar um microclima favorável à cultura de origem amazônica (Oliveira et al, 2011). No entanto, esse sistema coexiste com outros dois no contexto geral da produção cacauzeira: o cultivo em sistema agroflorestal (SAF), que consiste na produção integrada com outras culturas introduzidas com interesse comercial; no contexto regional, ocorre principalmente em consórcio com a seringueira, proporcionando integração simbiótica e econômica no sistema agrícola.

O sistema de cultivo a pleno sol representa tentativas de tecnificação para aumento da produção. Nesse sistema, não há sombreamento perene, e a produção ocorre em um ambiente aberto com maior densidade da cultura, tornando-se mais dependente de agroquímicos para manutenção e produtividade.

Cabe destaque para o novo momento vivenciado pela cacauicultura baiana. Após a crise da vassoura-de-bruxa, surgiu a necessidade de uma nova lógica de produção. Dessa forma, todo o contexto de produção mesorregional tem se especializado na produção de amêndoas de qualidade e na fabricação de chocolate. Em 2018, o território do cacau efetivou o registro da Indicação Geográfica (IG) do tipo Indicação de Procedência (IP). Essa

IG abrange 83 municípios da Bahia historicamente produtores, dentre os quais se encontram 9 dos 10 municípios da microrregião de Valença.

Figura 2-Sistemas de cultivo da lavoura cacaueteira



Fonte: Arquivos do autor.

Dado o exposto, o cacau assume um grande papel na caracterização mesorregional e, apesar da ciclicidade de crises, apresenta-se como um importante elemento da configuração territorial. Devido à sua capacidade mais verticalizada como *commodity* historicamente estabelecida, essa cultura demonstra um dinamismo capaz de articular a produção do espaço.

O NEXO MICRORREGIONAL DO SISTEMA POLICULTURAL: NUANCES E ESPACIALIDADES DAS CULTURAS AGRÍCOLAS

Numa leitura estrutural das características do espaço agrário na microrregião de Valença, destaca-se o dinamismo do campesinato, que reproduz e articula suas propriedades com características minifundiárias através de policultivos. Algumas das

culturas inseridas nesse contexto são bastante características da microrregião, enquanto outras possuem influência mais ampla na conjuntura mesorregional, como é o caso do cacau, e outras ainda estão integradas aos circuitos de mundialização da agricultura, como a borracha.

Assim, a combinação de elementos sociais e produtivos na região de Valença converge para uma interpretação de indissolubilidade e integração. Isso caracteriza a microrregião como um complexo sistema agrícola, onde a atividade agrícola se articula de maneira paralela às condições de acesso à terra limitado e das características edafoclimáticas na microrregião, convergindo para seguinte leitura:

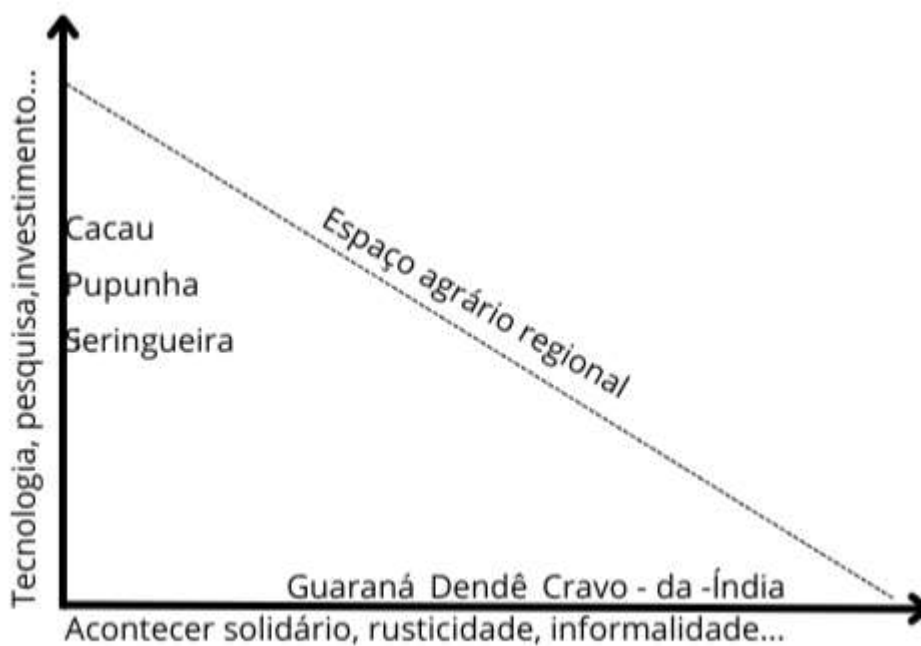
A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio. Levando mais longe o olhar, pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. [...]. Dito de outra forma, a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria. [...]. As formas de agricultura observáveis aparecem assim, conforme dissemos, como objetos muito complexos, que podemos, todavia, analisar e conceber em termos de sistema. Ora, analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema, é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes. (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71-72).

Tendo em vista Mazoyer e Roudart (2010), é necessário realizar uma análise desse complexo objeto que é a agricultura policultural na região de Valença. Para tanto, é essencial segmentá-la em alguns subsistemas, concentrando-se nas culturas de seringueira, pupunha, dendê, guaraná e cravo-da-índia devido às suas características de organização e concentração espacial.

Nesse sentido, o primeiro grande aspecto a ser considerado é o comportamento dual, onde algumas culturas conseguem interagir mais proficuamente com a dinâmica de mercado e apresentam características de produção mais difundidas no contexto espacial produtivo geral. Por outro lado, há culturas de comportamento mais horizontalizadas, com concentração produtiva no contexto microrregional.

Assim, conforme figura 3, o espaço agrário da microrregião desenvolve-se a partir dessa interseção. De acordo com Santos (2006), ao propor a leitura do espaço a partir dessas segmentações, as horizontalidades e verticalidades são apresentadas como um par dialético. Dessa forma, a dinâmica do sistema produtivo com predomínio das verticalidades dispõe de melhores condições estruturantes, enquanto aquelas caracterizadas pelo predomínio horizontalizado carecem de tais características. Estas se viabilizam, sobretudo, pelo acontecer solidário no bojo da práxis espacial de um campesinato especializado no policultivo. De acordo com Santos (1996), o acontecer solidário não se refere à conotação ética ou emocional, mas sim às ações de âmbito social que se materializam como práticas de produção e reprodução socioespacial.

Figura 3 – Segmentação das culturas agrícolas espaço agrário da microrregião



Fonte: organizado pelos autores, 2024.

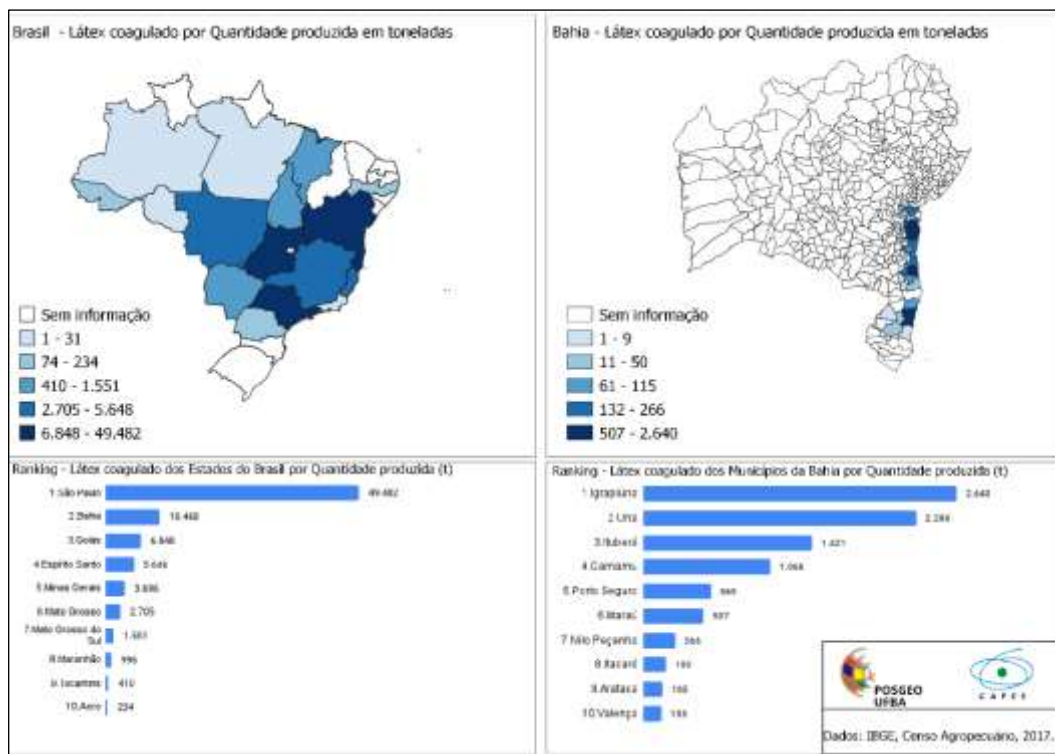
Tendo em vista que o cacau está posto como dinâmica mais generalizada e presente por toda mesorregião, analisa-se neste momento com maior profundidade o contexto e espacialidade de alguns dos outros sistemas presentes na microrregião:

O subsistema regional da seringueira: O subsistema da seringueira tomou forma como atividade econômica na região de Valença na década de 1950, quando a Firestone adquiriu 9.000 hectares do grupo Odebrecht para implantar a cultura na propriedade situada entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá. Em 1982, a Firestone vendeu essa propriedade para a Companhia Brasileira de Borracha (CBB), que operou a propriedade por apenas dois anos antes de repassá-la para a Plantações Michelin da Bahia (PMB). Esse movimento ocorreu devido a um impedimento legal de transações fundiárias entre empresas estrangeiras, resultando na impossibilidade de venda direta da Firestone para a Michelin, que assumiu a propriedade em 1984 (Gonçalves, 2014; Tanan, 2017).

Além da venda dos 9.000 hectares para a Firestone, Odebrecht, em sua recorrente atuação nas transações fundiárias da região, não apenas promoveu a entrada de outras empresas, mas também empreendeu no ramo seringalista por meio do empreendimento da agroindústria Agrícola Seringalista da Bahia S.A. – AGRISA. Essa empresa contava com uma propriedade de 4.820 hectares no município de Igrapiúna, que foi posteriormente transformada nas Fazendas Reunidas Vale da Juliana (Gonçalves, 2014; Lima, 2018). No cenário atual da heveicultura na região de Valença, observa-se a cultura de forma generalizada. Isso ocorre, em grande parte, devido à possibilidade de integração dessa cultura com o cacau nos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Analisando os dados da produção de látex no Brasil e especificamente no estado da Bahia com base no Censo Agropecuário de 2017 (Figura 4), verifica-se que, em termos nacionais, a cultura do látex, apesar de sua origem amazônica, está comercialmente bastante disseminada pelo Brasil, especialmente em sua faixa tropical. O estado de São Paulo lidera a produção com 49.482 toneladas, enquanto a Bahia é o segundo maior produtor nacional, com 10.468 toneladas (IBGE, 2017).

Figura 4- Cartogramas: distribuição da produção de Látex no Brasil e na Bahia-2017



Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017.Organizado pelo autor, 2023.

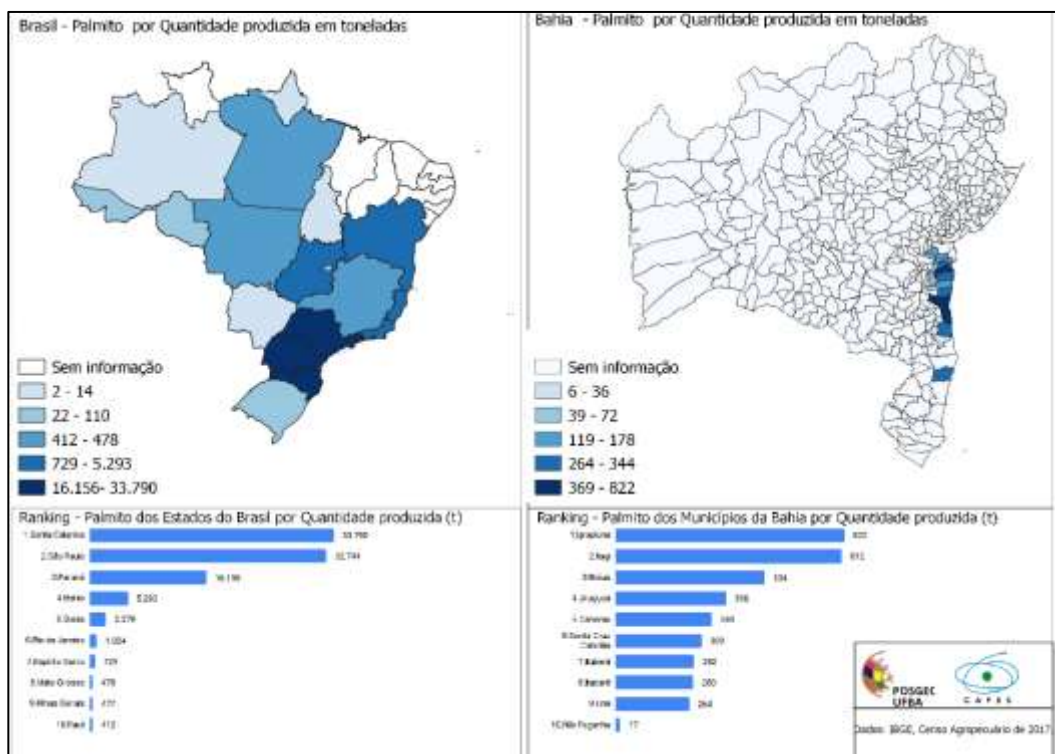
Ao analisar a espacialidade da produção nos municípios baianos, observa-se que Igrapiúna lidera a produção estadual com 2.640 toneladas de látex. De acordo com Tanan (2017), essa cultura é substancialmente significativa para o município, cuja história de emancipação política mais recente está diretamente atrelada ao empreendimento da PMB na região.

O subsistema regional da pupunha: Assim como a borracha, a atividade agrícola de produção de pupunha, destinada à comercialização do palmito, possui um caráter vertical em relação à sua territorialização, integrando a miscelânea de culturas presentes nas unidades de produção camponesas na região de Valença. Da mesma forma que a seringueira, a pupunha se territorializa com feições agroindustriais.

Ao analisar o panorama da produção de palmito no Brasil (Figura 5), verifica-se que a Bahia é a quarta maior produtora nacional, com 5.293 toneladas, enquanto Santa Catarina, o maior produtor nacional, lidera com 33.790 toneladas (IBGE, 2017). Especificamente no contexto baiano, a territorialização da cultura na região de Valença é

comprovada. O município de Igrapiúna é o maior produtor do estado, com 822 toneladas produzidas. Entre os 10 maiores produtores, ainda constam outros 3 municípios da microrregião: Camamu, com 344 toneladas; Ituberá, com 282 toneladas; e Nilo Peçanha, com 178 toneladas produzidas (IBGE, 2017).

Figura 5– Cartogramas: da produção de palmito no Brasil e na Bahia- 2017



O subsistema regional da dendeicultura: Este é de grande importância no sistema agrícola da região de Valença. O dendê tem uma expressividade tão marcante para a região que é a cultura que nomeia o zoneamento dos municípios turísticos na costa. Além da relevância regional, o dendê é uma expressão de aspectos econômicos, religiosos e gastronômicos, intrinsecamente atrelada à identidade cultural afro-brasileira e ao estado da Bahia (Teixeira, 2020; Watkins, 2020).

De acordo com Watkins (2020), a cultura do dendê tem origem na região oeste da África e está amplamente disseminada na costa da região de Valença. Provavelmente, chegou ao território baiano ainda no primeiro século da colonização portuguesa, no contexto da diáspora transatlântica.

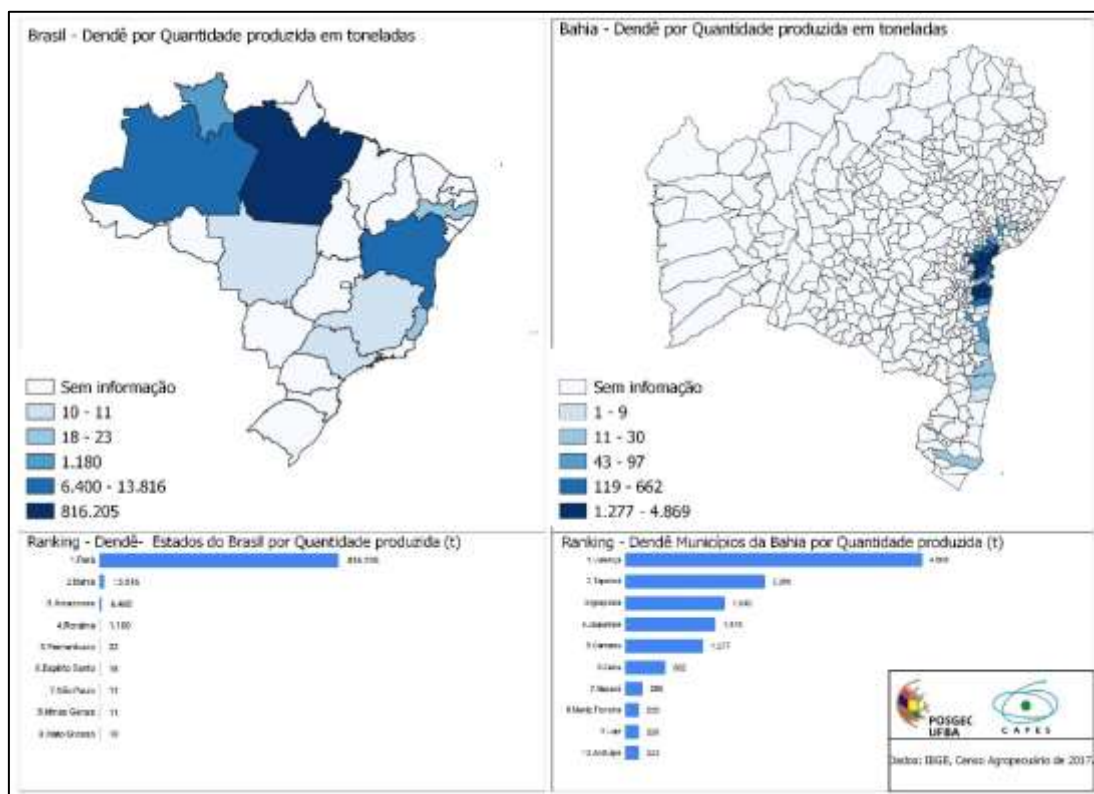
A dinâmica do dendê demanda atenção às nuances que garantem características particulares no contexto da região de Valença. Segundo Zeferino e Ramos (2023), o dendê é a matéria-prima para o óleo vegetal mais consumido do mundo, o óleo de palma, superando até mesmo commodities oleaginosas como a soja.

É necessário distinguir o sistema de produção baiano do contexto geral, onde o dendê se insere na mundialização da agricultura capitalista e se configura como uma commodity. Nessa lógica, o dendê se territorializa na Amazônia brasileira por meio de uma ação estatal altamente planejada.

Bertha Becker (2010) analisou a expansão da dendeicultura na Amazônia como uma atividade alternativa para o desenvolvimento regional em áreas desflorestadas. Entre as questões, destaca-se o entendimento de que essa inserção é programática no âmbito da mundialização da agricultura. Além disso, há uma crescente demanda mundial pelo óleo de palma, especialmente com a possibilidade de sua utilização além do contexto alimentar, como insumo para biocombustíveis. Becker (2010) oferece importantes contrapontos para a dinâmica da cultura implantada na Amazônia com forte incentivo do Estado em suas políticas públicas, contrastando com a produção histórica na Bahia e a inserção programática na mundialização da agricultura.

Assim, ao verificar o panorama de produção de dendê no Brasil, com base no Censo Agropecuário de 2017 (Figura 6), nota-se o estado do Pará dominando a produção nacional de dendê com 816.205 toneladas, enquanto a Bahia ocupa a segunda colocação com apenas 13.816 toneladas. No contexto da espacialização da produção na Bahia, tem-se a cultura espalhada por considerável parte da costa, com destaque para os municípios costeiros da região de Valença que lideram o volume de produção, como ocorre com os três maiores produtores no estado. Valença, com 4.869 toneladas produzidas, é seguido por Taperoá com 2.286 e Igrapiúna com 1.640.

Figura 6- Cartogramas: distribuição da produção de dendê no Brasil e na Bahia -2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Organizado pelo autor, 2023.

Enquanto a produção amazônica se acelera com os contornos modernizantes da agricultura capitalista, a produção baiana segue com tendências de decadência devido a diversos fatores. Entre esses fatores, destaca-se a fragilidade da agricultura familiar camponesa, que sub-remunera a produção camponesa, considerando as dificuldades da produção em cultivos de natureza subespontânea. Assim, enquanto a dinâmica na Amazônia ocorre de maneira altamente capitalizada, na região pioneira de Valença, a cultura se apresenta em sua dinâmica horizontal, com grande expressão na zona costeira, como demonstrado na Figura 7, onde o cultivo ocorre na área adjacente ao estuário.

Figura 7 - áreas cultivadas de Dendê na comunidade quilombola de Graciosa, Taperoá - BA/ A: vista a partir da BA 001 / B: Vista a partir do canal fluviomarinho que corta a comunidade- 2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O subsistema do guaraná: Segundo Vasconcelos, Nascimento e Maia (1976), o primeiro registro do guaraná na Bahia foi de uma planta cultivada por Gregório Bondar em Uruçuca, conforme publicado na revista "O Campo" em 1938. A planta foi destruída sem deixar descendentes. Em 1958, houve uma tentativa de reintrodução do guaraná na Bahia, mas as primeiras iniciativas falharam devido à má qualidade das mudas e sementes. Em 1961, Lemos Maia trouxe 25 sementes do Pará, das quais 15 mudas sobreviveram e foram distribuídas. Em 1967, essas mudas foram plantadas na fazenda Cultrosa, em Camamu, despertando o interesse pelo cultivo de guaraná na região. Posteriormente, várias plantações foram instaladas, incluindo a fazenda Cultrosa, com cerca de 10 mil mudas.

O guaraná, botanicamente uma árvore com características arbustivas (Figura 8), produz frutos amplamente utilizados nas indústrias alimentícia e farmacêutica. Esse cultivo está territorializado entre a diversidade de culturas na microrregião de Valença, integrando-se com outras culturas características da área.

Figura 8 - Subsistema de cultivo do Guaraná



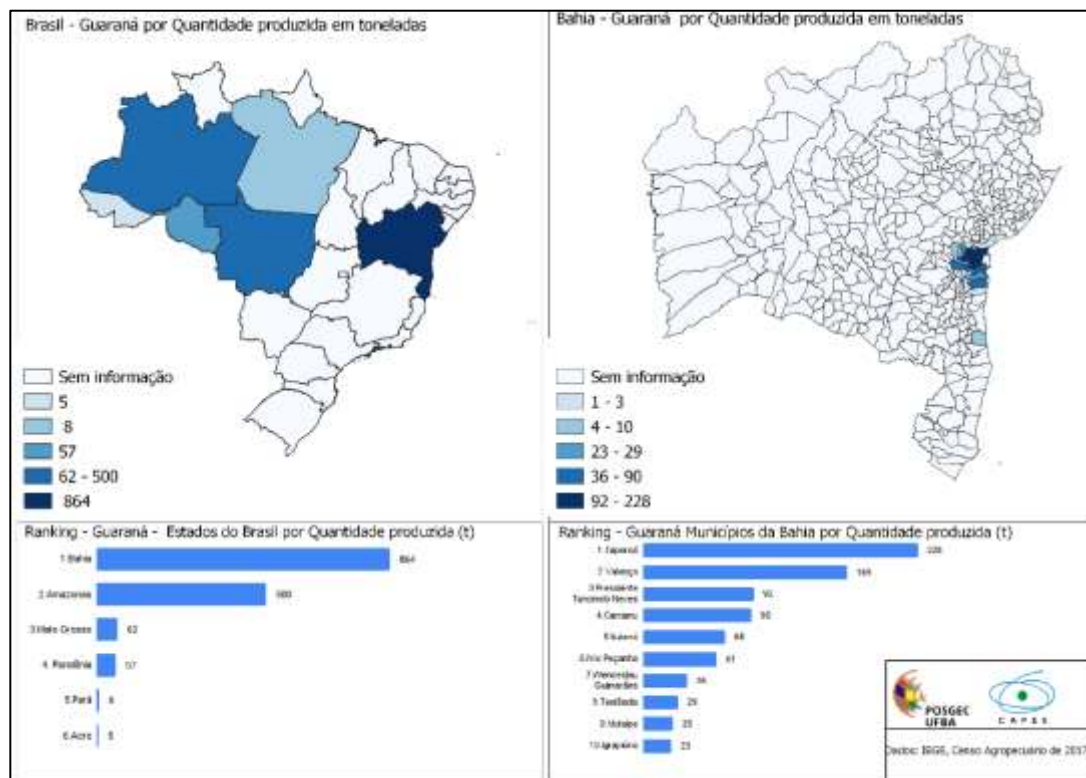
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apesar do senso comum tradicionalmente associar a produção nacional de guaraná à região amazônica, o cartograma na Figura 9, baseado no Censo Agropecuário de 2017, revela que a Bahia é a maior produtora nacional, superando a soma da produção amazônica. A Bahia atingiu a marca de 864 toneladas, enquanto nos estados amazônicos o Amazonas produziu 500 toneladas, Mato Grosso 62, Rondônia 57, Pará 8 e o Acre 5 toneladas (IBGE, 2017).

Tendo a Bahia como a maior produtora nacional de guaraná, ao analisar a espacialidade da produção no estado, com 21 municípios produtores, verifica-se que a região de Valença é responsável por 86% da produção baiana. Destaca-se o município de Taperoá, que registrou, no referido censo, uma produção de 228 toneladas, correspondendo a 26% da produção baiana. Além disso, o Censo Agropecuário destacou a produção de outros municípios da microrregião, como Valença, Presidente Tancredo

Neves, Camamu, Ituberá e Nilo Peçanha, com respectivas participações de 19,6%, 10,6%, 10,4%, 7,9% e 7,1% da produção baiana de guaraná.

Figura 9- Cartogramas: dados referentes a produção de guaraná no Brasil e na Bahia-2017



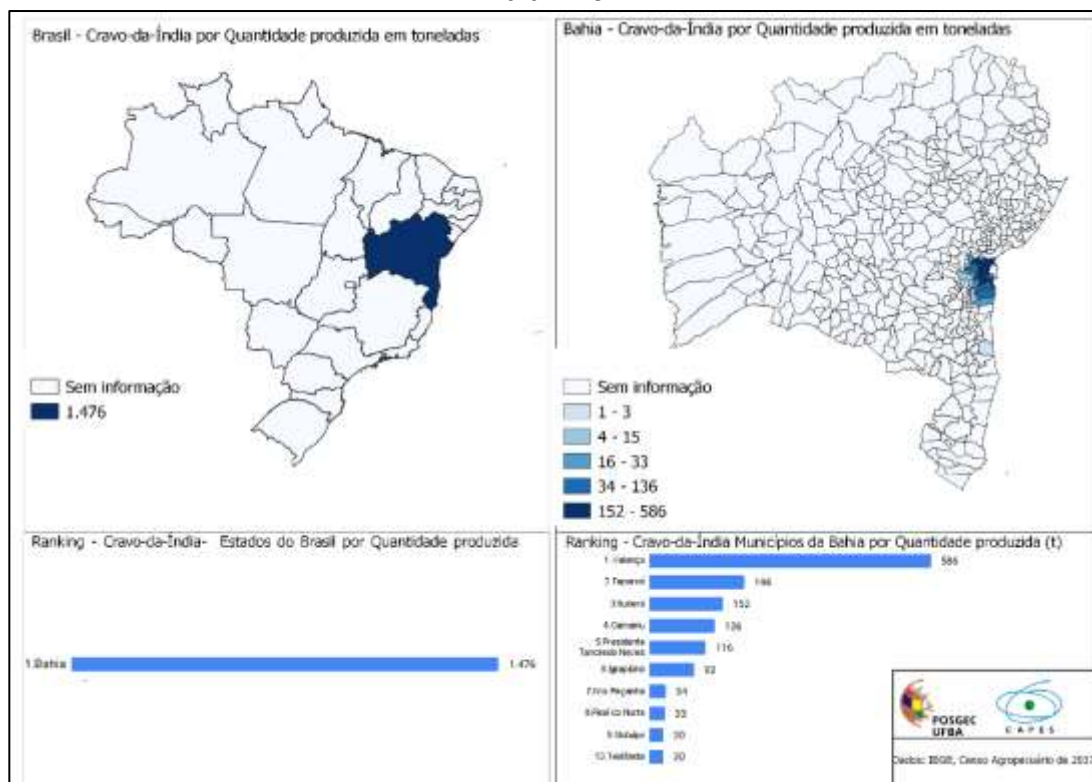
O subsistema do Cravo-da-Índia: O cravo-da-Índia é uma cultura que se destaca pela sua concentração na microrregião de Valença. Originária do sudeste asiático, essa árvore é conhecida não apenas como condimento gastronômico, mas também desempenha um papel crucial como insumo nas indústrias farmacêutica e tabagista (Rabêlo, 2010).

A cultura do cravo-da-Índia se reproduz na região quase sem assistência de investimentos provenientes de políticas públicas ou assistência técnica. Vários fatores contribuem para essa realidade, apesar da presença significativa no espaço agrário regional. A cultura enfrenta carências em aspectos como pesquisas agrônomicas e de mercado. Até mesmo os registros históricos que ajudariam na contextualização da sua inserção são bastante incipientes. Não se sabe ao certo quando nem como o cravo-da-Índia chegou à região sul da Bahia. Atualmente, a especiaria é cultivada em diversas

partes do mundo, como as ilhas de Madagascar e Granada. No Brasil, o único estado produtor em escala comercial é a Bahia, com a produção bastante concentrada nos municípios da microrregião de Valença (Oliveira, 1992).

Observando o cartograma na Figura 10, que representa a produção do cravo-da-Índia na Bahia (e, conseqüentemente, no Brasil, sendo a única região produtora em escala comercial), nota-se a alta concentração da dinâmica produtiva dessa cultura na microrregião. A inclusão do cravo-da-Índia no Censo Agropecuário proporcionou, pela primeira vez, dados mais precisos sobre a dimensão produtiva dessa cultura amplamente territorializada nas unidades de produção camponesas da microrregião de Valença. Os dados revelam que 21 municípios contribuem para a produção da cultura, sendo que a microrregião de Valença responde por 92% da produção nacional. O município de Valença lidera com 39,7% da produção, seguido por Taperoá, Ituberá, Camamu, Presidente Tancredo Neves, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Piraí do Norte. Com exceção de Cairu, que se encontra em uma dinâmica zonal costeira, todos os municípios da região são produtores, sendo que o município de Marau possui o menor volume de produção, com 16 toneladas, correspondendo a 1,1% do total.

Figura 10- Cartogramas: dados referentes a produção baiana e brasileira de Cravo-da-Índia – 2017



As questões relacionadas à cultura do cravo-da-Índia não são exclusivas dessa cultura. O manejo representa uma questão delicada, especialmente considerando que as árvores podem atingir facilmente mais de 10 metros de altura (JESUS, 2015). Assim como o dendê, o subsistema do cravo-da-Índia enfrenta desafios e riscos durante a colheita. O campesinato local desenvolveu tecnologias próprias para essa atividade, incluindo um sistema de andaimes improvisados, organizados para facilitar a colheita. Após a colheita manual, as inflorescências são recolhidas e separadas manualmente dos talos, que também possuem valor comercial. Posteriormente, as partes colhidas são secas ao sol, conforme mostrado na Figura 11 sobre o processo de colheita.

Figura 11- Sistematização de produção da cultura do cravo-da-índia - 2023



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Diante da multiplicidade de produtos que compõem a dinâmica de produção das unidades camponesas, estas são, via de regra, direcionadas aos comércios conhecidos como "casas de produtos da região", como podemos verificar nos exemplos da figura 38. Essas casas, presentes em grande número nos municípios da região de Valença, são, na verdade, atravessadores que atuam como intermediários na cadeia de comercialização dos diversos produtos camponeses regionais. Isso representa uma realidade que coloca o campesinato em uma posição subalterna entre os agentes que capitalizam sua produção e repassam aos produtores um valor que garanta a maior margem possível de lucros.

Figura 12- Casas de comercialização de produtos agrícolas da região A:Camamu, BA e B: em Ituberá, BA



Fonte: Dados da pesquisa,2023.

A maneira como ocorrem as relações do campesinato com o mercado local é outra questão que merece uma profunda análise, as condições socioeconômicas dos que produzem no espaço agrário regional ainda são pouco satisfatórias no sentido de prover condições de vida e trabalho adequadas, ainda mais quando nos referimos a culturas que teoricamente deveriam ter um alto valor agregado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os fatores que contribuem para a produção e reprodução do dinamismo regional envolve uma análise sistemática e integradora das culturas, considerando os fatores condicionantes e constituintes do nexo reprodutor, assim como as nuances que influenciam e verticalizam a espacialização agrária. As múltiplas facetas da relação camponesa se destacam na interação com o mercado, caracterizada por dinâmicas de contradição e submissão, que também funcionam como estratégia de resistência para a reprodução espacial. No sentido amplo da relação com o mercado, há uma sujeição aos interesses da grande agricultura capitalista, que controla tanto o

processo produtivo por meio do controle de preços quanto pela oferta de pacotes tecnológicos e assistência técnica.

No contexto estrito da realidade agrícola, predominam pequenas propriedades voltadas para culturas perenes, com um circuito de comercialização longo, priorizando culturas que não têm consumo alimentar primário comercialmente prioritário e exigem transformações na produção. Os intermediários desempenham um papel crucial na hierarquização da relação entre a produção camponesa e o mercado, frequentemente sub-remunerando os produtores dos gêneros agrícolas reconhecidos como produtos da região.

É essencial reconhecer a concomitância dessas dinâmicas dentro de um único contexto socioprodutivo, contribuindo para a resistência que caracteriza como ethos regionalidade construída na microrregião de Valença. Esta interseção estabelece uma contradição que se configura como estratégia de resistência dentro de uma dinâmica que exige interação com o sistema hegemônico, predominantemente orientado para a especialização monocultural.

REFERÊNCIAS

- Adan, Caio. **Colonial Comarca de Ilhéus: Soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009 (UFBA, Dissertação, mestrado em História).
- Becker, Bertha. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 10, 2010.
- Contel, Fabio. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.990>
- Dias, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial**. 1. ed. Ilhéus: Editus, 2011.
- Gonçalves, Rafaela. **História ambiental da APA do Pratigi- Bahia**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014. (UEFS, Dissertação, Mestrado em Ciências Ambientais).

Guimarães, Eduardo. Quilombolas, japoneses e o “macaco” Jupará em roças de quase tudo no Sul da Bahia, Brasil. **Antropologia Portuguesa**, n. 36, p. 191-211, 2019.

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-7982_36_9

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 20 fev. 2023.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas Vol. II**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. 1990.

Jesus, Elivaldo. Os nipo-baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no Baixo-Sul da Bahia (1953-1980). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015(UFBA, Tese, Doutorado em Cultura e Sociedade).

Mazoyer, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010.

Moreira, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira: Contribuição Crítica aos Fundamentos Espaciais da Geografia do Brasil**. 3ª Edição - Ampliada. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2020.

Oliveira, Marival. Ganoderma philippii causando podridão vermelha na raiz do craveiro-da-índia. **Agrotropica**, v. 4, p. 27-32, 1992.

Oliveira, Raquel Maria et al. Importância do sistema agroflorestal cabruca para a conservação florestal da região cacauzeira, Sul da Bahia, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-12, 2011.

Porto, José Renato. Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. **Revista del CESLA**.n. 23, p. 301-332, 2019.

Prado Junior, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41a ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
Lima, Aline. A geo-história da Organização Odebrecht: migração, negócios e o “trancafiamento” da natureza. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 13, n. 30, p. 187-217, 2018.

Santos, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

Rabêlo, Waléria. **Caracterização química, toxicidade e avaliação da atividade antibacteriana do óleo essencial do cravo da Índia (*Syzygium aromaticum*)**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2010 (UFMA, Dissertação, Mestrado em Química).

Santos, Milton O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 4, n. 1, 1996.

Santos, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. Edusp, 2006.

Schwartz, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Tanan, Karla. **A monopolização do território camponês no município de Igrapiúna/BA e o agronegócio da borracha natural**. São Cristóvão, SE : Universidade Federal de Sergipe, 2017(UFS, Dissertação, Mestrado em Geografia).

Teixeira, Ariane. **O azeite da Costa do Dendê: um produto do território**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020(UFBA, Dissertação, Mestrado em Geografia).

Théry, Hervé. Heráldica e geografia. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 7-22, 2013.

Vasconcelos, Antonio; Nascimento José Carlos; Maia, Antonio. A cultura do guaraná. In: **Anais. SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PLANTAS DE INTERESSE ECONÔMICO DE LA FLORA AMAZÔNICA**, 1972, Belém, PA. Anais. Turrialba: IICA, 1976.

Watkins, Case. Palmeiras africanas em solos brasileiros: Transformação socioecológica e a construção de uma paisagem Afro-Brasileira. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña**. v. 10, n. 1, p.150-193, 2020.

Zeferino, Marisa; Ramos, Soraias. Mercado Mundial de Óleos Vegetais: panorama e perspectivas. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 1-8, maio 2023. Disponível em:
<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16138>. Acesso em: 08 nov 2023 .

Recebido: **12/08/2024** Aceito: **14/12/2024**

Editor Geral: **Dr. Eliseu Pereira de Brito**